

Campanha pela volta de anjos em Santa Luzia foi marco no resgate de bens culturais

Comunidades de outras localidades passaram a lutar pela volta das peças sacras

GW Gustavo Werneck
postado em 13/08/2018 06:00 / atualizado em 13/08/2018 07:46



Anjos barrocos que foram roubados e recuperados voltaram para o Santuário de Santa Luzia (foto: Beto Novaes/EM/DA Press)

Santa Luzia – Na janela de sua casa na Rua Direita e protegida do vento frio por um xale branco, a aposentada Luzia Vieira se espanta ao ver que já se passaram 15 anos desde o retorno, a Minas, dos chamados “Anjos de Santa Luzia” – três peças sacras de madeira policromada que iriam a leilão no Rio de Janeiro (RJ) e foram impedidas de comercialização por ordem judicial. Bem humorada e preferindo não revelar a idade – “tenho juventude acumulada”, brinca –, a moradora do Centro Histórico da cidade localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte se orgulha do depoimento que deu na época às autoridades.

Sem se arrepender, cita um pensamento: “A verdade é dura como um diamante e delicada como a flor de um pessegueiro”. Com isso, ela quer dizer que agiu em prol da comunidade e do patrimônio de Santa Luzia, que nasceu na época do ciclo do ouro e tem o Centro Histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). “Se os anjos andaram longe, voltaram para o lugar de origem”, afirma Luzia com a certeza do dever cumprido.

Em 25 de julho de 2003, a jornalista do Estado de Minas Anna Marina fez em sua coluna a denúncia de que peças barrocas mineiras então em poder de um colecionador nascido em Santa Luzia, na Grande BH, e radicado no Rio, iriam a leilão na capital fluminense. Ao ver as fotos dos anjos no jornal, e depois num catálogo da exposição, Luzia se lembrou de ver, quando criança, durante as coroações de Nossa Senhora, as peças que ficavam atrás do retábulo-mor. “Havia outros anjos, não sei que rumo tomaram”, diz Luzia.

Outra voz de suma importância nessa história de repercussão nacional foi a da advogada Beatriz de

Almeida Teixeira, então vice-presidente da Associação Cultural Comunitária de Santa Luzia. Na tarde de ontem, no Santuário de Santa Luzia, Beatriz, mais conhecida como Beata, afirmou que a campanha pela volta dos anjos foi um marco na preservação e resgate dos bens culturais em todo o país. “Foi a partir daí que houve mais diretrizes e políticas para o patrimônio cultural”, afirma Beatriz.

A presidente do Iepha, Michele Arroyo, explica que a campanha pelo resgate dos bens culturais é importante e emblemática em dois aspectos: pela articulação dos órgãos do patrimônio cultural e participação das comunidades, especialmente quanto à identificação de imagens e outros objetos. “Há, nesta ação, o encontro das responsabilidades pública e civil.”

Há 10 anos, uma portaria do Iepha buscou organizar o setor com um cadastro para reunir as informações sobre as peças desaparecidas e um detalhamento do inventário de bens de 65 igrejas, perfazendo 2,5 mil objetos sacros. “Queremos chegar a 6 mil, com fotos, descrição, iconografia, história e outros dados fundamentais para monitoramento e conservação. Esperamos avançar muito mais e, futuramente, disponibilizar as informações, pois, quando mais se divulga, mais difícil fica o extravio”, afirma a presidente.



A aposentada Luzia Vieira se orgulha do depoimento que prestou na época às autoridades
(foto: Beto Novaes/EM/DA Press)

DIVISOR DE ÁGUAS Quem chega ao Santuário de Santa Luzia, na Praça da Matriz, no Centro Histórico, pode ver dois anjos ladeando a tarja do arco-cruzeiro e outro, o do sepulcro, no coroamento do altar de Nosso Senhor dos Passos – é bom ressaltar que essas peças teriam sido vendidas, e não roubadas. Para especialistas, a história da preservação do patrimônio cultural de Minas tem um divisor de águas caudaloso: a mobilização em Santa Luzia se propagou em todo o estado e as comunidades passaram a lutar pela volta de obras de arte e de peças sacras desaparecidas, ao longo do tempo, de igrejas, capelas, museus e prédios públicos. Foi um grito contra o furto de peças sacras e outras obras de arte que movimentam o comércio clandestino. De acordo com a Interpol, só é superado, no mundo, pelo de drogas e armas.

De forma pioneira, Minas passou a ter uma política específica para a preservação do acervo histórico, algo inédito no país, contando com a participação de instituições públicas e privadas. Outro setor que ganhou força foi o de educação patrimonial, disseminado de forma ampla na capital e no interior e com resultados positivos entre os jovens, disse ao EM o promotor de Justiça da comarca de Santa

Luzia, Marcos Paulo de Souza Miranda, ex-titular da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC). Na época, começaram a trabalhar de forma integrada as secretarias estaduais da Cultura e da Defesa Social, Iepha, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), polícias Federal, Militar e Civil, ministérios públicos Federal (MPF) e de Minas Gerais (MPMG), Igreja, Associação das Cidades Históricas e outros.

Em matérias diárias, a equipe de jornalistas denunciou a dilapidação dos templos barrocos, divulgando, igualmente, ações positivas, do poder público ou da comunidade, para garantir a integridades dos tesouros mineiros. Numa iniciativa do MPMG, foi criado um serviço de inteligência, com banco de dados, para localizar e identificar peças sumidas, enquanto a Interpol faz um rastreamento internacional.



(foto: A advogada Beatriz de Almeida Teixeira diz que a partir dessa campanha houve mais diretrizes e políticas para o patrimônio cultural)

Santana Mestra

A campanha pelo resgate de seus bens culturais não terminou em Santa Luzia, muito menos para a aposentada Dalma Aparecida Martins, de 94 anos. Ela aguarda, com esperança, a volta da imagem de Santana Mestra, peça de 1740 em poder de um colecionador residente no Rio e alvo de ação ajuizada pelo MPMG, em 2003. Ex-tabeliã do Cartório de Registro Civil, Dalma não sossega enquanto a imagem barroca não retornar à cidade. O caso ainda não teve o desfecho esperado e continua sob acompanhamento dos promotores de Justiça.

Considerada uma das primeiras imagens sacras de Santa Luzia, a Santana Mestra – formada por um conjunto de três peças separadas: Santa Ana, mãe de Nossa Senhora, a menina Maria e a cadeira também em madeira policromada – traz boas recordações a Dalma Martins, moradora do Centro Histórico. Nos tempos de criança, ela participava das lições de catecismo dadas pela integrante das Filhas de Maria e zeladora da Matriz de Santa Luzia, Augusta Dolabella (1904-1995), guardiã do patrimônio religioso. Os ensinamentos eram ministrados numa capela, já demolida, que ficava ao lado da cadeia, na Rua Floriano Peixoto, para a qual foram transferidos as relíquias do primitivo templo destruído por uma enchente, segundo a tradição oral.

Em agosto de 2007, Dalma Aparecida compareceu à sede do Iepha, em Belo Horizonte, para dar seu depoimento. Na época, em companhia da também luziense Maria Augusta, a Mariinha, já falecida, que deu seu depoimento, ela foi recebida pelo então vice-presidente e diretor de Conservação e Restauração da instituição Renato César de Oliveira. Em seguida, elas deram testemunho na sede do Ministério Público de Minas Gerais.

A exemplo da Santana Mestre de Santa Luzia, há outras peças sacras aguardando decisão da Justiça (veja o quadro).

À ESPERA DE DECISÃO

- | | | |
|---|--|---|
| <p>1) SANTANA MESTRA: Peça barroca passou por perícia em Belo Horizonte. Ação foi ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais há 15 anos e o resultado deverá definir se a imagem pertence ao acervo de Santa Luzia, na Grande BH</p> | <p>e do Arquiocese de Mariana e reconhecida como integrante do patrimônio da cidade. Ação do MPMG foi proposta em 2011</p> | <p>seria procedente. A peça esteve em perícia ano passado, em Belo Horizonte, pelo período de uma semana</p> |
| <p>2) BUSTO DE SÃO BOAVENTURA: Obra de Aleijadinho para a Igreja de São Francisco, de Ouro Preto. Peça recebeu determinação da Justiça, em primeira instância, para ser reintegrada ao acervo original sob guarda do Museu Aleijadinho</p> | <p>2) SAMARITANA: Obra atribuída a Aleijadinho está sob guarda do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto</p> | <p>2) NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: Peça foi furtada em 1º de dezembro de 1981 e, até 2012, esteve em poder de um colecionador paulista, quando foi apreendida, em São Paulo (SP), pelo Ministério Público (MPMG). Pertence a Pedro Leopoldo e estão sendo providenciadas as condições para o retorno do bem</p> |

ANJOS BARROCOS Os 15 anos de resgate dos bens culturais foram documentados dia a dia pelo Estado de Minas. A partir de uma denúncia da jornalista Anna Marina, publicada em 25 de julho de 2003, sobre peças barrocas que estavam em poder de um colecionador e iriam a leilão no Rio de Janeiro (RJ), a equipe do caderno Gerais foi a campo para investigar o caso, localizando uma testemunha-chave no caso “Anjos de Santa Luzia”, que ganhou repercussão nacional. A aposentada Luzia Vieira, residente em Santa Luzia, na Grande BH, lembrava-se dos objetos sacros, que, nos tempos dela de criança, ficavam atrás do altar da matriz da cidade. A história foi parar na Justiça e em 12 de agosto daquele ano retornaram a Minas, ficando sob guarda do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha).



(foto: Marcos Michelin/Estado de Minas- 12/08/2003)

À frente da luta dos moradores de Santa Luzia estava a advogada Beatriz de Almeida Teixeira, então vice-presidente da Associação Cultural Comunitária de Santa Luzia, entidade que ajuizou ação para recuperar as peças. Na época, por determinação do então juiz da 2ª Vara Cível de Santa Luzia Jair Eduardo Santana, o conjunto foi excluído do leilão no Rio. Na sede do Iepha (foto), os anjos foram periciados para comprovar origem e autenticidade pela equipe da arquiteta Selma Miranda. O resultado mostrou que as peças eram mesmo do Santuário de Santa Luzia, para onde retornaram em 10 de agosto de 2003.

FAÇA CONTATO

Qualquer informação sobre as peças desaparecidas de Itatiaia, em Ouro Branco, ou de outra cidade mineira, deve ser comunicada aos órgãos competentes. Veja como fazer:

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, VIA COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO (CPPC)

pelo telefone (31) 3250-4620, por email seccultural@pmmg.mp.br ou carta para Rua Timbiras, 2.941,
Bairro Barro Preto, Belo Horizonte,
CEP 30.140-062

IPHAN

(31) 3222-2440 / (61) 2024-6342 /
(61) 2024-6355 / (61) 2024-6370 –
depam@iphan.gov.br,
cgbm@iphan.gov.br e
faleconosco@iphan.gov.br

IEPHA

(31) 3235-2812 e
(31) 3235-2813 –
www.iepha.mg.gov.br

POLÍCIA MILITAR

Disque-denúncia – 181 e (31) 3741-
1253 (65ª Cia. de PM)

ASSOCIAÇÃO SOCIOCULTURAL OS BEM-TE-VIS

(31) 98526-9053 (WhatsApp) e
www.osbemtevis.org.br